



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Sexualidade e Género [ST]

EM CASA: OS *MEDIA* E A MULHER DO ESTADO NOVO

PORTOVEDO, Sara

Mestrado em Sociologia, especialização Sociologia do Trabalho, Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online (LabCom),

Universidade da Beira Interior, Portugal

saraportovedo87@gmail.com

Resumo

Portugal foi governado quase 50 anos por uma ideologia conservadora que preconizava a família como “a realidade primária e fundamental de toda a orgânica natural” (Constituição de 33). A mulher tinha o dever de cuidar da casa e dos filhos, enquanto o marido devia sair de casa para garantir o sustento da família.

O período histórico em análise é, assim, marcado pela repressão e tutela ideológica. Embora defendamos que corresponde, simultaneamente, a novos modos de experiência sobre o mundo. Interessa-nos perceber se as mulheres tinham ou não acesso a mundos mediados no espaço doméstico. A casa apresenta-se, assim, não só como espaço de descanso, de lazer ou de trabalho doméstico, mas também espaço de ensaio da vida social em que as relações de poder entre géneros mais se evidenciam (Bourdieu, 1999). Na história a mulher é vista como estando numa condição de subordinada. Mas mesmo nesta relação de poder – homem/mulher, dominador/dominada - em que a mulher é tida como o sexo mais fraco, ela pode não sofrer uma dominação passiva, pode haver resistência.

Portanto, pretende-se apurar os usos e os modos de receção no espaço doméstico, primeiro da rádio e depois da televisão. A análise das práticas quotidianas das nossas entrevistadas, mulheres nascidas e criadas nas cidades Lisboa e Covilhã nas décadas 30, 40 e 50, vai permitir não só perceber as práticas de receção dos *media*, como o modo com essas práticas ocuparam o tempo e o espaço dentro da família, numa época em que as relações patriarcais eram tão evidentes.

Abstract

Portugal was ruled nearly 50 years by a conservative ideology that advocated the family as "primary and fundamental reality of all natural organic" (Constitution 33). The woman had the obligation to look after the house and children while her husband should leave home to ensure the sustenance of the family.

The historical period under analysis is thus characterized by repression and ideological tutelage. Although we argue that corresponds simultaneously to new modes of experience about the world. Interests us understand whether or not the women had access to worlds mediated in the domestic space.

Home presents itself, not only as a place of rest, leisure or domestic work, but also a rehearsal space of social life in which power relations between the sexes are becoming more apparent (Bourdieu, 1999). In history woman is seen as being in a subordinate condition. But even in this relationship of power - man/woman, dominant/dominated - where woman is seen as the weaker sex, she does not suffer a passive domination, there may be resistance.

Therefore, it is intended to investigate the uses and modes of reception at home, first in radio and then television. The analysis of daily practices of our respondents, women born and raised in Lisbon and Covilhã cities in the 30s, 40s and 50s, will allow not only to understand the practices of media reception, as the way these practices occupied the time and space within the family, at a time where patriarchal relations were so evident.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; receção dos *media*; uso dos *media*; mulheres; repressão.

Keywords: Domestic work; reception of the *media*; use of *media*; women; repression.

1. Introdução

Esta apresentação surge inserida num projeto mais alargado sobre receção feminina de rádio e televisão durante o Estado Novo. Um dos objetivos do projeto¹ é investigar o modo como as mulheres portuguesas adotaram e usaram a rádio e a televisão e como relacionam esse uso com as representações de feminilidade de uma época tão fortemente marcada por um contexto social patriarcal.

No projeto privilegiou-se o emprego de uma metodologia biográfica, acreditando que seria a melhor forma de compreender as memórias das nossas entrevistadas e os seus usos e condições de receção dentro de um contexto histórico, socioeconómico e cultural tão particular. Foram realizadas entrevistas semi-diretivas a 55 mulheres nascidas na primeira metade do século XX nas cidades de Lisboa e Covilhã. Na análise do material empírico demos especial atenção aos usos e à receção de rádio e televisão, nomeadamente ao modo como estes se articulam com as práticas quotidianas das mulheres e influenciam os seus processos subjetivos.

Neste sentido, primeiro, propomos uma análise das representações dominantes da mulher e do modo como estas representações se relacionam com conceções hegemónicas de género. E em segundo, analisar as histórias de vida das mulheres à luz dos seus usos e modos de receção no espaço doméstico. Acreditamos que a análise das práticas quotidianas, muito marcadas pelo trabalho doméstico, vai ajudar a perceber não só as práticas de receção, como a forma com essas práticas ocupam o tempo e o espaço dentro da família.

2. Metodologia

A nossa pesquisa apoia-se na entrevista biográfica como técnica de recolha junto das audiências, especialmente de mulheres nascidas entre as décadas de 1930 e 50 nas cidades de Lisboa e Covilhã. Esta técnica de recolha corresponde a uma opção epistemológica que enfatiza dois aspetos: a contextualização das experiências de receção em circunstâncias biográficas individuais; a articulação da receção com as suas representações de género.

Assim, na Covilhã entrevistámos sobretudo mulheres operárias ou provenientes de famílias operárias, e que normalmente tinham como habilitações a escola primária. Em Lisboa, entrevistámos em mesmo número, mulheres também provenientes de meios populares, donas de casa, empregadas domésticas, ou costureiras com a escolaridade primária, e mulheres com mais escolaridade, trabalhadoras dos serviços. Por uma questão de facilidade, chamamos às primeiras “classe popular”, e às segundas “classe média”. As entrevistas foram realizadas em duas sessões: uma primeira, onde foi pedido à entrevistada que contasse de forma livre a sua história de vida; e uma segunda sessão, em que se inquiriu sobre o consumo, usos e receção dos *media*. Na segunda sessão também foram mostrados conteúdos previamente selecionados a todas as entrevistadas, com o objetivo de servir de auxiliar da memória e de introduzir questões específicas sobre o papel da mulher na sociedade.

Esta pesquisa valoriza naturalmente a dimensão subjetiva e os relatos de pessoas comuns. E reconhece também a necessidade de ter cautela com o material empírico desta natureza, na medida em que tem em consideração que os relatos pessoais são discursos feitos hoje por sujeitos com atuais circunstâncias e interesses.

3. Breve contextualização: Ser mulher no Estado Novo

Durante o Estado Novo procurava-se cingir a mulher ao espaço doméstico. A mulher não podia desempenhar certos trabalhos, mas as proibições também incluíam as viagens sem autorização marital e o pedido de divórcio mesmo em caso de adultério do marido. A família estava acima de tudo e de todas as coisas, sobretudo para a mulher. Nesse sentido, o discurso da domesticidade foi fortemente imposto e as mulheres foram privadas de espaços de organização próprios que não fossem os permitidos pelo regime. Havia uma lógica de separação entre a esfera pública e a privada no modo como era vista a família. Num estado autoritário e corporativista a família é sempre a unidade social primária.

O discurso do Estado Novo, e que era promulgado pelas organizações estatais (Obra das Mães para a Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa Feminina), suportava-se na ideia de que mulher e homem

teriam funções sociais distintas: a mulher dedicada ao trabalho da casa e ao cuidado dos filhos, não devia alargar a sua rede de contatos para além da família (Brasão, 1999; Pimentel, 2011). Na família, ao marido, à esposa, aos filhos e às filhas, cabiam papéis específicos vistos como “naturais”. A cada um/a cabia uma função no seio da família, que no caso do homem seria o de “chefe de família”, e no caso da mulher o de “dona de casa”.

4. Dominação e hegemonia

A “história da humanidade”, especialmente o século XIX, foi escrita de modo a dar exclusiva visibilidade ao homem. Mas há quem defenda, como Michel Perrot (2007), que esse tempo também foi profícuo em relação à afirmação das mulheres como sujeitos da história. O feminismo, nascido por essa altura, impôs uma reflexão acerca do modo como os factos e relatos que põe em palco as mulheres foram agenciados, sendo isto, na perspetiva da autora, a contribuição específica da história das mulheres para a história geral.

Para Perrot (Idem) as mulheres não são universalmente dominadas, na medida em que souberam apoderar-se dos espaços que lhes foram confinados e aí alargar o seu poder, mas Pierre Bourdieu (1999) é um crítico desta ideia. Ele defende que é mais importante estudar a dominação masculina como estrutura invariável incorporada por ambos os sexos – embora com diferenças significativas face ao poder que se constitui como masculino. Para este autor há uma ordem simbólica, uma ordem de “oposições fundadoras” entre os sexos que “se impõem a cada agente como transcendentais” (1999: 29) e que se apresentam como “um sistema de exigências” (idem: 43). Bourdieu argumenta (1999: 34-36) que a dominação vem das condições sociais de produção das disposições e que nem sequer a consciencialização dos subordinados é suficiente para atingir a mudança, porque muitas vezes há razões tão obscuras que fogem ao controlo e à vontade dos próprios atores.

Mas a dominação masculina não se pode entender apenas como imposição, muito menos como permanente repressão da vontade feminina. Acredita-se que a dominação é exercida através de uma legitimação da autoridade social do masculino em que as próprias mulheres participam. Falamos, assim, da noção de hegemonia que designa uma liderança moral ou cultural (Gramsci, 1999) em que um grupo dominante (homens) é capaz de conduzir os grupos dominados (mulheres), sem que se trate de uma imposição, mas sim de um consentimento (Idem).

Há uma ordem hegemónica nas relações patriarcais, porque há reconhecimento da legitimidade do poder masculino. Mas há uma diferença importante entre ordem simbólica e ordem hegemónica, é que a última admite aos grupos subordinados encontrar práticas de autonomia e resistência.

5. Estudos de receção: *media* e género

Nos estudos da receção, a questão de género tem aparecido com alguma relevância. Os primeiros estudos nesta área sob perspetiva feminista tentaram, assim, demonstrar que a imagem da mulher reproduzida pelos media reforçava as relações patriarcais. A mulher é apontada como submissa e o homem como “dominador”.

Sue Sharp (1976) e Gaye Tuchman (1978), citadas por Policarpo (2006), defendem que as imagens reproduzidas pelos media são conservadoras e estereotipadas, o que leva a audiência mais jovem a moldar o seu comportamento em função do que lhes é transmitido em termos de papéis sexuais. As autoras dizem que os media contribuíam para a reprodução de relações sexistas de desigualdade e dominação. Mas outras análises vieram contestar isto. Há estudos que consideram que os media em vez de proporem essa visão conservadora e hegemónica das identidades de género, propõem e apresentam várias identidades com as quais a audiência se vai identificando de modo a atribuir significado ao texto (Ang e Hermes, 1996; Moores, 1990).

A ideia inicial de mera reprodução de papéis sociais evoluiu para uma visão que encara os mecanismos textuais como condicionantes no posicionamento das audiências, e para outra visão que vê as audiências como ativas na construção de significado. Esta última visão é a mais otimista, porque permite indagar formas de resistência simbólica aos significados e discursos dominantes, e até poderá levar ao reconhecimento da própria subordinação. As autoras Ang e Hermes (1996) insistem na inserção das práticas de consumo

mediático nos contextos sociais mais amplos, que podem muitas vezes comportar contradições, desde que não se possa reduzir todas as respostas dos sujeitos a um suposto condicionalismo de género.

Ang e Hermes (1996) defendem que a investigação sobre audiências deve ter em conta o género em articulação com outras categorias. Por isso, neste trabalho, temos em conta o género, o contexto socioeconómico das nossas entrevistadas e as suas práticas quotidianas. Tal como as autoras defendemos uma teoria feminista pós-estruturalista, pois também defendemos que a “subjetividade” é mais complexa do que o conceito de identidade por se produzir pelo permanente intersectar de discursos e práticas sociais.

Também achamos importante referir os estudos de receção dos media que têm vindo a apontar a família como contexto mais indicado para a análise das práticas de receção da televisão (Policarpo, 2006). A família aparece como tendo dois sentidos, um em que é vista como conjunto de relações sociais e familiares, que são relações de poder que exprimem as relações sociais no geral (Morley, 1986). E outro que vê a família como contexto doméstico das práticas de consumo televisivo (Hobson, 1980 e 1982 citado por Policarpo, 2006; Morley e Silverstone, 1990).

E de acordo com alguns estudos, os usos dos media – que nós considerámos apenas: rádio e televisão - pela família são muito diversificados. O contexto socioeconómico da família é, assim, uma variável importante que nos ajudará a distinguir as famílias e a compreender as diferenças existentes na utilização dos media no espaço doméstico. O trabalho de David Morley (1986) dedicado à análise dos diferentes usos da televisão e das práticas de consumo doméstico da tecnologia é representativo desta perspetiva, ou seja, de que a família é terreno fértil para analisar as práticas de receção dos *media*.

6. Receção domesticada

A domesticação tem sido representada pela capitalização de máquinas, ideias ou informação no espaço doméstico, num processo de consumo ativo. E foi Roger Silverstone (1994) quem partiu da utilização do conceito para analisar o consumo das tecnologias da informação e da comunicação no dia-a-dia.

Domesticar no campo das tecnologias é, nesse sentido, o trazer para o lar algo que é estranho e integrá-lo para fazer face a uma necessidade concreta (Idem; Lopes, 2010). O aparecimento da rádio e da televisão incrementou o acesso à informação. Estes aparelhos foram os responsáveis pela domesticação dos lares, na medida em que passaram a ser objetos integrantes de uma divisão específica da casa, por exemplo a sala de estar onde a família se reunia para ouvir rádio ou ver televisão.

A Dona Deolinda no seu testemunho conta-nos que o lugar da sua telefonia era na sala de jantar, onde por hábito a família passava mais tempo.

Entrevistadora- *Muito bem. Em casa da sua tia a telefonia estava na sala de jantar e em sua casa estava onde, em que parte da casa?*

Deolinda - *Na casa de jantar.*

Entrevistadora- *Por que razão estava nessa parte da casa?*

Deolinda - *Porque era o sítio onde a gente estava mais tempo, porque era tipo sala comum, era casa de jantar e fazia de sala... (Deolinda, Lisboa, 76 anos)*

A entrada destes objetos tecnológicos em casa ainda continua a provocar alterações não só no espaço em si, mas também nas relações entre os membros da família (Morley, 1986; Silverstone, 1994).

A rádio e a televisão vieram difundir informação e proporcionar mais entretenimento, vieram ocupar uma parte significativa dos tempos de lazer dos indivíduos. Estes meios de comunicação vieram transformar o dia-a-dia no espaço doméstico, sobretudo por permitirem o contato com outras realidades e abalarem algumas das rotinas já existentes em função das suas transmissões.

A receção esteve quase sempre embrenhada em lógicas do quotidiano. É certo que os usos e receção da rádio e da televisão sempre foram marcados pelo género, mas também é preciso salientar que imperavam dois princípios de diferenciação entre o feminino e o masculino: um carácter dicotómico do espaço doméstico

(local e tempo de trabalho feminino / espaço de repouso e lazer masculino) e um sistema de normas e proibições que regulavam a atuação feminina nos espaços públicos. Enquanto os homens tinham tempos e espaços bem delimitados de trabalho e lazer, as mulheres tinham atividades continuadas que não lhes permitiam fazer essa separação de forma muito clara.

O significado que as audiências femininas atribuem à rádio e à televisão no seu dia-a-dia, na sua rotina como donas de casa, apresenta-se como fundamental para explicar os usos e as suas condições de receção. Policarpo (2006:20) cita os trabalhos de Dorothy Hobson que se debruçaram sobre a utilização da rádio e da televisão pelas donas de casa. Hobson fez observação participante e entrevistas em profundidade, e descobriu que os usos da rádio na vida dessas mulheres era uma forma de combater a solidão inerente ao tipo de trabalho que desenvolviam (trabalho doméstico). Posteriormente, veio dizer que muitas mulheres só viam televisão enquanto faziam as tarefas domésticas e que mesmo assim se sentiam culpadas por se entregar a uma atividade de lazer.

David Morley (1986) argumenta que o uso da televisão se faz em função da forma como as relações de poder se estruturam na família, sobretudo entre o casal. Para o autor as assimetrias daí resultantes são as provenientes da dominação patriarcal da mulher. A utilização da televisão pelas mulheres põe em evidência algumas questões sobre a negociação do poder doméstico entre o casal, ou entre a família no geral.

Por isso, tentámos verificar se a trajetória familiar introduz diferenças nos valores e representações do género feminino. Quisemos perceber como é que as entrevistadas se posicionam em relação ao uso da rádio e da televisão na esfera privada e de que modo esse uso as faz, ou já fez, pensar acerca do papel da mulher na sociedade. Também achámos importante aferir se há algum impacto do uso dos media na construção de uma identidade de género e / ou identidade familiar.

Na nossa perspetiva, a forma como as entrevistadas falam dos usos da rádio e da televisão e da utilização dos espaços da casa em geral, ajuda-nos a compreender o processo pelo qual as mulheres portuguesas constroem a sua subjetividade feminina por relação aos *media*. Mas estamos conscientes de que cada mulher tem a sua história, e que o seu contexto familiar e doméstico pode ser diferente.

As mulheres casadas, a maioria das nossas entrevistadas, tendem a relatar histórias em que a vida familiar é apresentada na sua forma mais tradicional. Já as mulheres solteiras e divorciadas tendem a criticar esse modelo tradicional e a defender uma mulher mais independente da família. No que toca à profissão de cada uma também há diferenças, porque uma mulher que trabalhe fora de casa têm uma utilização do espaço doméstico e dos *media* mais condicionada.

No entanto, como nos diz Policarpo (2006), há histórias e maneiras de falar que são comuns a todas as mulheres, pois há casos em que partilham uma identidade comum, em que a sua experiência de género deixa transparecer o resto da sua experiência social. Há, assim, no discurso das nossas entrevistadas alguma homogeneidade, mesmo quando têm situações familiares e profissionais diferentes. Por exemplo, há uma tendência geral para se falar da divisão sexual do trabalho e para se apontar as mulheres como as principais responsáveis pelo cuidado do lar. Tendem a aceitar essa responsabilização, mas hoje já não o fazem sem uma ou outra crítica.

a. Usos dos *media* em casa

As representações acerca do papel da mulher na sociedade e a construção da identidade feminina apresentam-se complexas. As entrevistadas assumem a domesticidade da mulher e, conseqüentemente, da receção dos media. É no espaço doméstico que mais ouvem rádio e veem televisão, muitas vezes conciliando essa atividade, que devia ser de lazer como para os homens, com os afazeres domésticos.

A Dona Rita tem 73 anos, nasceu em Alfama e é solteira. Vive na mesma casa onde foi criada. E durante a sua vida foi tendo vários trabalhos fora de casa, sendo o seu trabalho mais longo como empregada de limpeza num escritório. Ao questionar-nos se fazia outras atividades enquanto ouvia rádio, no seu tempo de juventude, responde-nos que fazia as tarefas de casa, porque foi a educação que lhe deram. Para esta senhora

a rádio não era impeditivo de nada, não “estorvava ninguém”, era perfeitamente conciliável com outras tarefas.

Rita - Ah, pois, com certeza. Aquilo estava aceso e não estorvava ninguém, a gente ouvia tudo... só não faz quem não quer.

Entrevistadora - Então o que é que fazia?

Rita - Olha, a minha mãe ensinava a gente "olha agora vai lavar a loiça, olha vai limpar a loiça" e a gente... A minha mãe ensinou a gente a trabalhar, pequeninos já sabíamos fazer tudo.

Já a Dona Deolinda de 76 anos, também Lisboaeta, quando questionada com a mesma questão, diz-nos que havia certos trabalhos de costura que fazia ao som da rádio e outros que podia fazer a ver televisão (os que lhe permitiam desviar o olhar do trabalho). Refere-se à fase da sua juventude.

Entrevistadora - E ao serão, antes de ter televisão, costumava ouvir telefonia?

Deolinda - Sim, porque a gente estava todas entretidas ali a coser e também não podíamos estar a olhar para a televisão, senão o esfoliado saía todo ao contrário (risos), tínhamos que estar só a ouvir rádio, porque a gente no rádio não tinha que estar a ver as imagens...

Entrevistadora - Claro. Com a televisão tinham de estar mais concentradas nas imagens...

Deolinda - As imagens era para a gente estar a casear, porque a fazer aquilo não se podia ver (esfoliar) (risos)...

Alguns relatos evocam estratégias de receção femininas, como o uso ativo da rádio nos momentos em que os homens não estavam em casa ou não se interessavam pela escuta. A rádio também aparece como pano de fundo das tarefas domésticas ou do próprio trabalho extra que traziam para casa. Os homens ouviam mais rádio fora de casa, pois existia um conjunto de “territórios masculinos” de convívio e lazer fora de casa (tabernas e clubes), onde estava mais incorporada a escuta coletiva de rádio.

Sofia de 76 foi operária na Covilhã. Sofia mostra ter sido sempre uma mulher decidida e independente, desempenhou funções de delegada sindical depois do 25 de Abril. O marido zangava-se por causa das reuniões do sindicato que eram depois do trabalho, mas ela ia na mesma (há aqui alguma autonomia e resistência, coisa rara na época). Todavia, deixa escapar que o marido saía para a coletividade para ouvir futebol, aproveitando ela esse momento para estar mais à vontade a ouvir rádio.

Entrevistadora - Então e quando o seu marido queria ouvir futebol na rádio, a senhora queria ouvir outra coisa? Ou ouvia futebol com ele?

Sofia - Não, ouvia outra coisa, sei lá. Quando tinha a rádio, só?

Entrevistadora - Sim.

Sofia - Oh, ouvia outra coisa. Mas quando era assim, vinha mais para aqui para o Oriental.

Entrevistadora - Era?

Sofia - Era. E deixava-me lá a mim à vontade.

A mulher estava confinada ao espaço doméstico e as suas práticas femininas estavam quase interditas à frequência do espaço público, “...as mulheres não iam ao café, nem as crianças. Não...” (Ilda, 69 anos, Covilhã). A frequência feminina de locais públicos só acontecia sob tutela masculina e / ou sob a vigilância mútua entre mulheres, ou seja, sob uma crença na proteção obtida pela presença em grupo. Dina, nascida em Lisboa, de 69 anos conta-nos como era difícil para as mulheres sair de casa. Mesmo com vinte e tal anos era difícil ir ao café ou ir ao baile numa coletividade.

Dina - Não, não. Nem ninguém tinha, pessoas da minha idade, quem disser, ó menina, quem disser "ai, eu ia ao café" é mentira... há uma ou outra que, se calhar, tivesse a vida boa lá pelas avenidas, agora, aqui nos bairros quem é que ia para os cafés?! Até eramos censuradas...

Entrevistadora - E eram censuradas porquê, porque falavam, não é, as pessoas criticavam...?

Dina - É... "então elas vão para o café", porque havia muito mau ambiente, não é, de outras vidas, e as pessoas antigas tinham uma mentalidade muito fraca, qualquer coisa ficava tudo muito mal, e até as nossas mães, a minha mãe "o quê?"... Não, não, não. A minha irmã era um bocadinho mais velha do que eu, era muito dançariqueira, então dizia "ó mãe", já tinha idade para isso, mas não fazia o que ela queria "mãe, olhe, hoje vamos ao baile, mas a menina vai comigo", eu era a menina, a mais nova, "ela hoje não sai daqui"... Uma vez, a minha irmã levou-me, a minha mãe foi buscar a gente ao Castelo, sim senhora, e a minha irmã já tinha 20 e tal anos, a minha mãe foi lá buscar a gente, "tens essa idade, mas quem manda sou eu", e foi lá buscar a gente, foi ela e a mãe das outras vizinhas, viemos todas de rabo alçado (risos).

Apercebemo-nos que não há memórias de mulheres que frequentassem, ainda que ocasionalmente, espaços públicos para escuta de rádio coletiva, mesmo sob a tutela ou a vigilância de quem quer que fosse. Os casos que nos aparecem são de escuta em casa de vizinhas ou nas escadas do prédio (mais na fase da infância e juventude). É neste quadro de práticas que aparece a televisão em 1957. A televisão foi-se instalando de forma gradual no dia-a-dia. Só que nem toda a gente tinha acesso a estes aparelhos, e ver televisão era inicialmente uma prática coletiva. A Dona Rita não tinha televisão em casa, no tempo da sua juventude, e ia para uma coletividade ver televisão, era um programa de lazer fora de casa e longe das responsabilidades que estão associadas ao espaço doméstico.

Rita - E as televisões, ninguém tinha televisões, era muito raro haver uma pessoa com uma televisão. Íamos para uma casa. "O que é que a menina vai fazer agora lá para cima?", perguntavam os homens... E a gente ia lá comer um arroz doce, sentadas comíamos um arroz doce, barato, e ver a televisão. Está a ver o que era a vida, está a ver?!

Entrevistadora - Quando viu televisão pela primeira vez?

Rita - Quando vi... Via em casa das minhas vizinhas, via. E naquela casa onde se comia o arroz doce a gente via, porque pouca gente tinha televisão naquela altura.

Nessa altura, a algumas mulheres era permitido ver televisão fora de casa, mas só em territórios e movimentos autorizados pelo pai (nos casos de falecimento do pai, pela mãe, por norma mais conservadora e envolvida no espírito patriarcal) ou pelo marido, normalmente mais a casa das vizinhas. A visualização de um programa de televisão era também um intervalo no trabalho doméstico, o que criava uma separação clara entre tempo, trabalho e lazer no quotidiano.

As mulheres que já tinham televisão em casa, tinham outras condições de receção. O visionamento da televisão na própria casa era sempre feito em acumulação com o trabalho doméstico. A televisão podia permanecer ligada durante praticamente todo o tempo que estavam em casa, mas não desempenhava apenas a função de lazer, não preenchia somente os espaços vazios. A televisão acompanhava as mulheres nas suas atividades (obrigações) familiares, como nos exemplifica Amélia de 80 anos, da Covilhã:

Amélia - Por exemplo, estava a descascar batatas, não descascava na cozinha, trazia as batatas para a sala, o alguidar, e descascava ali. E estava a ver. Fazia alguma coisa, ia para a salinha. A casa era grande, ia para salinha. Fazia assim...

Mas a televisão também podia ser vista como companhia, mas servia mais vezes para ser ouvida do que vista, substituindo-se, assim, à rádio. Gertrudes nasceu em Ermesinde, mas veio para Lisboa apenas com dias, tem 77 anos, trabalhou no sector dos serviços (empregada de loja) e mais tarde teve a sua própria loja (tabacaria). Para esta senhora a televisão ainda hoje é uma companhia, "uma presença" muito fiel.

Gertrudes - Sim, sim como ainda hoje. Pronto, de manhã levanto-me gosto de ouvir o telejornal da manhã, depois deixo-a ficar mas vou sempre... não vou parar para ver. Aquilo é uma companhia, pronto mais nada.

O homem ainda hoje é descrito como o "chefe de família". As nossas entrevistadas deixarem escapar que sempre foi a mulher a "governar casa" e, conseqüentemente a responsabilizar-se pelo seu cuidado. Porém, reconhecem que hoje já há homens que partilham essas responsabilidades, e dizem: "assim é que deve ser". Quando pedimos que particularizem e falem do uso da rádio e da televisão em casa, afirmam que os aparelhos tecnológicos eram, sobretudo, manejados pelos homens, primeiro pelos pais (na juventude) e mais

tarde pelos maridos. Passam a ideia de que a mulher tinha quase sempre de ceder o privilégio dessa utilização, até a escolha dos programas.

Exemplo disso é Olinda de 84 anos, de Lisboa. Olinda trabalhou durante muitos anos na costura, mas o seu último emprego foi como empregada de limpeza. Confessa ter tido algumas discussões com o marido por causa da televisão.

Olinda - Não, não. O meu marido às vezes é que... Eu "Ai, eu gostava mais de agora...", "Não, mas tem paciência, deixa-me agora ver isto"...

Entrevistadora - Discutiam às vezes quando você queria ver uma coisa e ele não queria...

Olinda - Pois... E quando era relatos e assim... Mesmo na telefonia, sem ser na televisão, ele queria ouvir...

Entrevistadora - E às vezes a senhora não podia ouvir as suas coisas, não é?

Olinda - Pois, exactamente (risos).

O uso da rádio e da televisão pelas mulheres permite-nos pensar nas questões mais importantes da negociação do poder doméstico e nas assimetrias existentes nessas relações. É verdade que a televisão, no caso das nossas entrevistadas, permitiu frequentar algumas vezes o espaço público ou ter alguns momentos de socialização em casa das vizinhas, mas também é verdade que depois de adquirirem televisão pouco era o tempo que tinham para se sentar a acompanhar os programas. E, por norma, eram “elas” a ceder ou abdicar de momentos de lazer em casa, sobrepondo-se sempre as preferências dos restantes membros da família.

7. Conclusão

Focando os usos dos *media* pelas mulheres da Covilhã e de Lisboa, concluímos que a receção da rádio era quase inexistente no espaço público. Só com a televisão experimentaram uma prática de receção colectiva. E não se pense que isto tem que ver só com o facto de haver poucas televisões, tem que ver também com as dinâmicas de género que levavam as mulheres a assumir diversos papéis nos contextos de receção. A mulher assume, primeiramente, o pelo papel de mãe, esposa, filha, dona de casa e só depois o de espectadora.

A condição de receção destas mulheres é muito particular. O uso da rádio é muito mencionado como aliado aos trabalhos domésticos. Mas também há quem revele um ou outro caso de escuta coletiva nas escadas do prédio com as vizinhas, nomeadamente na fase da juventude. Mas nunca num estabelecimento público. As audiências da televisão já revelam algum poder de negociação na família, porque permitiram alguns momentos de lazer às mulheres também fora de casa. Para os homens, estes aparelhos aparecem somente como preenchimento dos tempos de lazer dentro e fora de casa.

As diferentes condições de receção dos *media* para mulheres e homens em contexto patriarcal, como o que vivemos em Portugal, permite-nos pensar que as mulheres podem ter-se deparado com espaços heterogéneos de dominação, resistência ou autonomia. E que algumas práticas de receção mediática podem ter contribuído para atenuar ou revolucionar a dominação masculina (por exemplo, a permissão dada às mulheres para sair de casa para ver televisão), e que outras podem ter reforçado a submissão feminina (a cedência das mulheres na escolha dos programas em casa).

Para terminar, devemos referir que o nosso projeto desde início se deparou com problemas epistemológicos e metodológicos, isto prende-se com o facto de estarmos a estudar audiências do passado, que têm como principal base a memória. Temos consciência de que algumas das representações e opiniões das nossas entrevistadas são resultado da sua experiência social e de vida.

Referências bibliográficas

Ang, Ien; Hermes, Joke (1996), “Gender and/in media consumption” *In Living Room Wars: rethinking media audiences for postmodern world*. London: Routledge.

Bourdieu, P. (1999 [1998]). *A dominação masculina*. Lisboa: Celta.

- Brasão, Inês (1999). *Dons e disciplinas do corpo feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo*. Lisboa: CIDM.
- Gramsci, Antonio, in Forgas, David (ed.) (1999). *A Gramsci Reader: selected writings 1916-1935*. London. Lawrence and Wishart.
- Lopes, Anabela de Sousa (2010), “Tecnologias da Comunicação: Novas Domesticações”, *Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação*, Universidade da Beira Interior.
- Moore, Shaun (1990), 'Texts, Readers and Contexts of Reading: Developments in the Study of Media Audiences' in *Media, Culture and Society* 12: 9-29.
- Morley, David (1986). *Family television: cultural power and domestic leisure*. London and New York: Routledge.
- Morley, David e Silverstone, Roger (1990), “Domestic Communication: Technologies and Meanings” in *Media, Culture and Society*, Vol. 12, n. 1, London, pp. 31-55.
- Perrot, Michel (2007). *Uma história das mulheres*. Porto: Asa.
- Pimentel, Irene (2011). *A cada um o seu lugar: a política feminina no Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Policarpo, Verónica (2006). *Viver a telenovela. Um estudo sobre a receção*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silverstone, Roger (1994). *Television and everyday life*. London and New York: Routledge.

ⁱ *Media*, receção e memória: audiências femininas durante o Estado Novo (projeto financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PTDC/CCI-COM/119014/2010).